

Coleção
Edital Sistematizado

Baseado na metodologia
Questão *sem* primeiro

Leonardo Garcia
Roberval Rocha

Ighor Fernando Rocha Galvão
Coordenação e pesquisa de jurisprudência

Caderno de Treino

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Edital Sistematizado com Questões e Jurisprudência

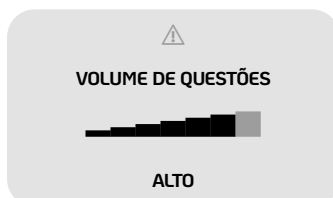
8^a
edição

Revista, atualizada

2024

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

DIREITO PROCESSUAL CIVIL



1. DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

QUESTÕES OBJETIVAS

1. (IAOCP/MPE/RR/Promotor/2023) O chamado princípio da proibição da decisão surpresa significa que:

- o juiz não pode decidir, em primeiro grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto em se tratando de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- o juiz não pode decidir, em primeiro grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto em se tratando de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

2. (Cespe/MPE/SC/Promotor/2023) Em obediência ao princípio da não surpresa, o magistrado deve oportunizar a oitiva das partes antes de aplicar a lei adequada à solução do conflito, caso em que deve considerar os limites da causa de pedir, do pedido e dos fatos descritos nos autos.

3. (Cespe/MPE/BA/Promotor/2023) De acordo com entendimento do STJ, configura-se decisão surpresa:

- a aplicação de lei aos fatos narrados pelas partes quando a lei contrariar a pretensão de qualquer dos litigantes.
- a adoção de argumentos novos e fora dos limites da causa de pedir, dando solução jurídica inovadora à causa sem oportunizar às partes o debate prévio sobre os fatos.
- quando o julgador não tiver consultado as partes antes de cada decisão proferida na causa.
- a aplicação de lei aos fatos narrados pelas partes quando a lei aplicada para a solução do conflito não tenha sido invocada por qualquer dos litigantes.

e) a aplicação de lei aos fatos narrados pelas partes sem que estas tenham a oportunidade de debater previamente a lei.

4. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) O princípio da cooperação pressupõe a colaboração entre os sujeitos do processo, o que gera necessariamente um dever de esclarecimento pelo juiz.

5. (Fundep/MP/MG/Promotor/2021) Indique abaixo a alternativa que não se insere integralmente, no âmbito da Lei 13.105/15, entre as excepcionalidades à ordem preferencial cronológica de julgamento:

- processos criminais, nos órgãos jurisdicionais que tenham competência penal.
- reconhecimento de perempção.
- causas que exijam urgência no julgamento.
- julgamento de embargos de declaração.

6. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) A paridade de armas representa a igualdade de tratamento no processo, vinculando o legislador, mas não o juiz, já que sua atuação se encontra revestida do livre convencimento motivado.

7. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) Em uma acepção moderna, o devido processo legal é reconhecido como o processo justo, cuja materialização pressupõe a consagração do contraditório, da ampla defesa, da razoável duração do processo e da paridade de armas.

2. DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

2.1. Da Jurisdição e da Ação

SÚMULAS

STF SUM 258 É admissível reconvenção em ação declaratória.

STJ SUM 181 É admissível ação declaratória, visando a obter certeza quanto à exata interpretação de cláusula contratual.

STJ SUM 242 Cabe ação declaratória para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários.

STJ SUM 461 O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.

QUESTÕES OBJETIVAS

8. (Cespe/MPE/PA/Promotor/2023) Acerca das normas processuais civis, da função jurisdicional e da ação, assinale a opção correta.

- A teoria da asserção, adotada pelo atual CPC, prevê que as condições da ação, por serem matéria de mérito, apenas devem ser analisadas no momento da sentença.
- A teoria eclética, adotada pelo CPC, reconhece que o direito de ação é autônomo, não dependendo da existência do direito material, mas do preenchimento de alguns requisitos formais, cuja análise não se confunde com a apreciação do mérito.
- Segundo o CPC, os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão, salvo se houver agravo de instrumento pendente de julgamento.
- É admissível a ação meramente declaratória, desde que não tenha ocorrido a violação do direito.
- Compete ao juízo estadual do lugar em que deva ser executada a medida apreciar o pedido de auxílio direto passivo que demandar prestação de atividade jurisdicional.

2.2. Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional

QUESTÕES OBJETIVAS

9. (Consulplan/MPE/SC/Promotor/2024) Cabe auxílio direto quando a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira, dependendo de exequatur.

10. (Consulplan/MPE/SC/Promotor/2024) Cabe auxílio direto no caso de obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos jurisdicionais.

11. (MP/RS/Promotor/2021) Com base na legislação processual civil, assinale a alternativa correta.

- Cabe auxílio direto quando a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de deliberação no Brasil.
- Além dos casos previstos em tratados de que o Brasil faz parte, o auxílio direto terá vários objetos, entre eles, a colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência concorrente de autoridade judiciária brasileira.
- No caso de auxílio direto para a prática de atos que, segundo a lei brasileira, não necessitem de prestação jurisdicional, a autoridade central adotará as providências necessárias para seu cumprimento.
- Recebido o pedido de auxílio direto ativo, a autoridade central o encaminhará à Advocacia-Geral da União, que requererá em juízo a medida solicitada.
- O Ministério Público requererá em juízo a medida solicitada quando não for autoridade central.

12. (Fundep/MP/MG/Promotor/2021) Assinale a alternativa incorreta quanto à cooperação internacional:

- Cabe aos tratados internacionais disciplinar a cooperação internacional.
- A reciprocidade pode suprir a ausência de tratados; desnecessária, contudo, na hipótese de homologação de sentença estrangeira.

c) Devidamente autorizada pela via diplomática, a autoridade central nacional comunicará ou dará tramitação ao auxílio direto ativo.

d) Ao Ministério Público cabe a adoção de atos à satisfação do pedido de auxílio direto, quando indicado como autoridade central.

2.3. Da Competência Interna

SÚMULAS

1) Disposições Gerais

STF SUM 335 É válida a cláusula de eleição do foro para os processos oriundos do contrato.

STF SUM 363 A pessoa jurídica de direito privado pode ser demandada no domicílio da agência, ou estabelecimento, em que se praticou o ato.

STJ SUM 224 Excluído do feito o ente federal cuja presença levara o juiz estadual a declinar da competência, deve o juiz federal restituir os autos e não suscitar conflito.

STJ SUM 254 A decisão do juízo federal que exclui da relação processual ente federal não pode ser reexaminada no juízo estadual.

2) Da Competência da Justiça Estadual

STF SUV 027 Compete à Justiça Estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a Anatel não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem oponente.

STF SUM 501 Compete à justiça ordinária estadual o processo e o julgamento, em ambas as instâncias, das causas de acidente do trabalho, ainda que promovidas contra a União, suas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

STF SUM 508 Compete à Justiça Estadual, em ambas as instâncias, processar e julgar as causas em que for parte o Banco do Brasil, S.A.

STF SUM 516 O Serviço Social da Indústria (Sesi) está sujeito à jurisdição da Justiça Estadual.

STF SUM 556 É competente a Justiça Comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista.

STJ SUM 001 O foro do domicílio ou da residência do alimentando é o competente para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.

STJ SUM 015 Compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.

STJ SUM 034 Compete à Justiça Estadual processar e julgar causa relativa a mensalidade escolar, cobrada por estabelecimento particular de ensino.

STJ SUM 042 Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.

STJ SUM 137 Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ação de servidor público municipal, pleiteando direitos relativos ao vínculo estatutário.

STJ SUM 170 Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo do ajuizamento de nova causa, com o pedido remanescente, no juízo próprio.

STJ SUM 206 A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, não altera a competência territorial resultante das leis de processo.

STJ SUM 218 Compete à Justiça dos Estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão.

STJ SUM 238 A avaliação da indenização devida ao proprietário do solo, em razão de alvará de pesquisa mineral, é processada no juízo estadual da situação do imóvel.

STJ SUM 270 O protesto pela preferência de crédito, apresentado por ente federal em execução que tramita na Justiça Estadual, não desloca a competência para a Justiça Federal.

STJ SUM 363 Compete à Justiça Estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente.

STJ SUM 368 Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar os pedidos de retificação de dados cadastrais da justiça eleitoral.

STJ SUM 505 A competência para processar e julgar as demandas que têm por objeto obrigações decorrentes dos contratos de planos de previdência privada firmados com a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – Refer é da Justiça Estadual.

STJ SUM 553 Nos casos de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, é competente a Justiça Estadual para o julgamento de demanda proposta exclusivamente contra a Eletrobrás. Requerida a intervenção da União no feito após a prolação de sentença pelo juízo estadual, os autos devem ser remetidos ao tribunal regional federal competente para o julgamento da apelação se deferida a intervenção.

3) Competência da Justiça Federal

STF SUM 689 O segurado pode ajuizar ação contra a instituição previdenciária perante o juízo federal do seu domicílio ou nas varas federais da capital do Estado-membro.

STF SUM 517 As sociedades de economia mista só têm foro na Justiça Federal, quando a União intervém como assistente ou oponente.

STJ SUM 032 Compete à Justiça Federal processar justificações judiciais destinadas a instruir pedidos perante entidades que nela têm exclusividade de foro, ressalvada a aplicação do art. 15, II, da Lei 5.010/1966.

STJ SUM 150 Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.

STJ SUM 324 Compete à Justiça Federal processar e julgar ações de que participa a Fundação Habitacional do Exército, equiparada à entidade autárquica federal, supervisionada pelo Ministério do Exército.

STJ SUM 365 A intervenção da União como sucessora da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) desloca a competência para a Justiça Federal ainda que a sentença tenha sido proferida por juízo estadual.

4) Da Modificação da Competência

STF SUM 335 É válida a cláusula de eleição do foro para os processos oriundos do contrato.

STJ SUM 235 A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado.

STJ SUM 489 Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça Estadual.

5) Do Conflito de Competência

STJ SUM 003 Compete ao tribunal regional federal dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal.

STJ SUM 059 Não há conflito de competência se já existe sentença com trânsito em julgado, proferida por um dos juízos conflitantes.

STJ SUM 428 Compete ao tribunal regional federal decidir os conflitos de competência entre juízo especial federal e juízo federal da mesma seção judiciária.

6) Incompetência Relativa

STJ SUM 033 A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

1) Da Competência da Justiça Federal

STF RPG 0775 Compete ao tribunal regional federal processar ação rescisória proposta pela União com o objetivo de desconstituir sentença transitada em julgado proferida por juiz estadual, quando afeta interesses de órgão federal. *RE 598650, 11.10.2021.*

2) Outros Temas

STJ IAC 06 Os efeitos da Lei nº 13.876/2019 na modificação de competência para o processamento e julgamento dos processos que tramitam na Justiça Estadual no exercício da competência federal delegada insculpido no art. 109, § 3º, da Constituição Federal, após as alterações promovidas pela Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019, aplicar-se-ão aos feitos ajuizados após 1º de janeiro de 2020. As ações, em fase de conhecimento ou de execução, ajuizadas anteriormente a essa

data, continuarão a ser processadas e julgadas no juízo estadual, nos termos em que previsto pelo § 3º do art. 109 da Constituição Federal, pelo inciso III do art. 15 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1965, em sua redação original. *CC 170051, 21.10.2021.*

STJ IAC 10 Tese A) Prevalecem sobre quaisquer outras normas locais, primárias ou secundárias, legislativas ou administrativas, as seguintes competências de foro: i) em regra, do local do dano, para ação civil pública (art. 2º da Lei 7.347/1985); ii) ressalvada a competência da Justiça Federal, em ações coletivas, do local onde ocorreu ou deva ocorrer o dano de impacto restrito, ou da capital do estado, se os danos forem regionais ou nacionais, submetendo-se ainda os casos à regra geral do CPC, em havendo competência concorrente (art. 93, I e II, do CDC). Tese B) São absolutas as competências: i) da Vara da Infância e da Juventude do local onde ocorreu ou deva ocorrer a ação ou a omissão, para as causas individuais ou coletivas arroladas no ECA, inclusive sobre educação e saúde, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores (arts. 148, IV, e 209 da Lei 8.069/1990 e Tese 1.058/STJ); ii) do local de domicílio do idoso nas causas individuais ou coletivas versando sobre serviços de saúde, assistência social ou atendimento especializado ao idoso portador de deficiência, limitação incapacitante ou doença infectocontagiosa, ressalvadas a competência da Justiça Federal e a competência originária dos tribunais superiores (arts. 79 e 80 da Lei 10.741/2003 e 53, III, e, do CPC/2015); iii) do Juizado Especial da Fazenda Pública, nos foros em que tenha sido instalado, para as causas da sua alçada e matéria (art. 2º, § 4º, da Lei 12.153/2009); iv) nas hipóteses do item (iii), facultada-se ao autor optar livremente pelo manejo de seu pleito contra o estado no foro de seu domicílio, no do fato ou ato ensejador da demanda, no de situação da coisa litigiosa ou, ainda, na capital do estado, observada a competência absoluta do Juizado, se existente no local de opção (art. 52, parágrafo único, do CPC/2015, c/c o art. 2º, § 4º, da Lei 12.153/2009). Tese C) A instalação de vara especializada não altera a competência prevista em lei ou na Constituição Federal, nos termos da Súmula 206/STJ (“A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, não altera a competência territorial resultante das leis de processo.”). A previsão se estende às competências definidas no presente IAC 10/STJ. Tese D) A Resolução 9/2019/TJMT é ilegal e inaplicável quanto à criação de competência exclusiva em comarca eleita em desconformidade com as regras processuais, especificamente quando determina a redistribuição desses feitos, se ajuizados em comarcas diversas da 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande/MT. Em consequência: i) fica vedada a redistribuição à 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande/MT dos feitos propostos ou em tramitação em comarcas diversas ou em juizados especiais da referida comarca ou de outra comarca, cujo fundamento, expresso ou implícito, seja a Resolução 9/2019/TJMT ou normativo similar; ii) os feitos já redistribuídos à 1ª Vara Especializada de Várzea Grande/MT com fundamento nessa norma deverão ser devolvidos aos juízos de origem, salvo se as partes, previamente intimadas, concordarem expressamente em manter o processamento do feito no referido foro; iii) no que tange aos processos já ajuizados – ou que venham a ser ajuizados – pelas partes originariamente na 1ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande/MT, poderão prosseguir normalmente no referido juízo; iv) não se aplicam as previsões dos itens (ii) e (iii) aos feitos de competência absoluta, ou seja: de competência dos Juizados Especiais da Fazenda, das Varas da Infância e da Juventude ou do domicílio do idoso, nos termos da Tese “B” deste IAC 10/STJ. *REsp 1896379, 21.10.2021. (IAC 10)*

JURISPRUDÊNCIA EM TESES

STJ JT 238-07 Compete à vara de família processar e julgar ação de reconhecimento e de dissolução de união estável homoafetiva.

INFORMATIVOS

STJ Competência. Justiça Federal e Justiça Estadual. Necessidade intervenção da União, entidade autárquica ou empresa pública federal. Mera alegação formulada por pessoa de direito privado. Deslocamento de competência. Insuficiência. A mera alegação por uma das partes da necessidade de intervenção da União, entidade autárquica ou empresa pública federal em uma demanda entre pessoas privadas em trâmite na Justiça Estadual é insuficiente para que haja o deslocamento de competência para a Justiça Federal. *EDcl no AgRg no Ag 1275461, 1ª T, 21.5.2024. Inf 813.*

STJ Conflito positivo de competência. Ação de busca e apreensão. Liminar concedida por juízo vinculado ao Tribunal de Justiça do estado do Paraná. Pedido do credor para efetivação da liminar perante juízo vinculado ao tribunal de Justiça do estado do Maranhão. Local do bem. Art. 3º, § 12, do DL 911/69. Agravo de instrumento interposto contra a decisão concessiva da liminar perante o TJ/MA. Competência do juiz natural da causa. A efetivação de liminar concedida em ação de

busca e apreensão de bem móvel, por Juízo onde se localize o bem, não atrai a sua competência para eventual impugnação ao conteúdo dessa liminar, que deverá ser postulada perante o Juízo da causa que a concedeu. *CC 186137, 2ª S., 8.11.2023. Inf 794.*

QUESTÕES DISCURSIVAS

1. (MP/PR/Promotor/2021) Elenque e explique cada um dos critérios de fixação de competência.

QUESTÕES OBJETIVAS

13. (MPE/RS/Promotor/2023) Considere as seguintes afirmações sobre competência.

- I. Muito embora o princípio da igualdade entre os cônjuges tenha sido proclamado com a CF/88, considerando-se a manutenção, de fato, da desigualdade material entre homem e mulher, bem como a máxima segundo a qual a igualdade consiste em tratar de forma desigual os desiguais na medida de sua desigualdade, foi somente com a vigência do CPC, ao eliminar a hipótese do rol positivado no art. 53, que nas ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável, não mais se reconhece a competência do foro do domicílio da mulher.
- II. Considerando-se a competência do foro do domicílio do consumidor para o processamento e julgamento de demandas que tratam de relação de consumo, não deve ser cassada decisão liminar proferida por juízo incompetente em razão da inércia da parte em suscitar a incompetência do juízo como preliminar de contestação.
- III. A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas e ausência de modificação de competência estabelecida na CF.
- IV. Em determinada comarca, na qual ainda não foi instalado o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que possui uma Vara Cível e uma Vara Criminal, é possível que o Juízo Cível detenha competência para aplicar medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, a partir de uma interpretação teleológica, feita pelo STJ, do art. 33 da Lei 11.340/06 (Art. 33. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.).

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas III e IV.

14. (IAOCP/MPE/MS/Promotor/2022) De acordo com o CPC, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Para postular em juízo, é necessário ter interesse e legitimidade.
- II. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que: I - o autor, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil; II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação e III - o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado por brasileiro nato.

III. Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações: I - de alimentos, quando: a) o credor tiver domicílio ou residência no Brasil; b) o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos; II - decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil; III - em que as partes, expressa ou tacitamente, se submeterem à jurisdição nacional.

IV. Dá-se a conexão entre 2 ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas I e IV estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Apenas III e IV estão corretas.

15. (IAOCP/MPE/RR/Promotor/2023) Em relação à competência, é correto afirmar que:

- a) o foro de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Maria da Penha, é competente para a propositura de demandas de reconhecimento ou dissolução de união estável.
- b) a incompetência absoluta deve ser alegada em preliminar de contestação, sob pena de prorrogação.
- c) o foro do domicílio do réu é absolutamente competente para a propositura de demandas fundadas em direito pessoal.
- d) o Ministério Público não pode alegar a incompetência relativa nas causas em que intervém.

16. (Cespe/MP/TO/Promotor/2022) Luísa Gonzalez, advogada espanhola, residia em Londres, Inglaterra, com seus dois filhos, havia 10 anos. Em fevereiro de 2020, em visita à cidade de Fortaleza, no estado brasileiro do Ceará, afeiçoou-se de tal forma pela capital cearense que adquiriu um imóvel ali. Em junho de 2021, ao passar suas férias na França, foi atropelada, no centro de Paris, por um veículo em alta velocidade, acidente que culminou na sua morte. Nessa situação hipotética, segundo as normas do CPC acerca da função jurisdicional e de sucessão hereditária, o inventário e a partilha do bem imóvel da falecida situado no Brasil competem:

- a) exclusivamente à autoridade judiciária brasileira, embora a autora da herança tenha domicílio fora do Brasil e nacionalidade estrangeira.
- b) exclusivamente à autoridade judiciária da França, local de óbito da autora da herança.
- c) exclusivamente à autoridade judiciária da Inglaterra, país de residência da autora da herança.
- d) concorrentemente à autoridade judiciária brasileira, à francesa e à inglesa.
- e) exclusivamente à autoridade judiciária da Espanha, país de origem da autora da herança e de residência dos seus filhos.

17. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) Davi ajuizou ação fundada em direito pessoal sobre bem móvel em desfavor de Saulo e de Pedro. A competência será o foro de domicílio de qualquer um dos réus, cabendo a escolha a Davi.

18. (Cespe/MP/AP/Promotor/2021) No que concerne às funções do Ministério Público no processo civil, assinale a opção correta.

- a) A curatela especial deve ser exercida, prioritariamente, pelo Ministério Público.
- b) A intervenção do Ministério Público é obrigatória nos casos em que a fazenda pública seja parte ou interessada na lide.

- c) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- d) O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, salvo os decorrentes da prestação de serviço público.
- e) A incompetência relativa pode ser alegada pelo Ministério Público nas causas em que ele atuar.

3. DOS SUJEITOS DO PROCESSO

TOP 5: 4º LUGAR ENTRE OS MAIORES AGREGADOS DE QUESTÕES DO LIVRO!

3.1. Das Partes e dos Procuradores

3.1.1. Da Capacidade Processual

SÚMULAS

STJ SUM 134 Embora intimado da penhora em imóvel do casal, o cônjuge do executado pode opor embargos de terceiro para defesa de sua meação.

STJ SUM 196 Ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanecer revel, será nomeado curador especial, com legitimidade para apresentação de embargos.

STJ SUM 525 A Câmara de vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.

QUESTÕES OBJETIVAS

19. (MPE/RS/Promotor/2023) Considere as seguintes afirmações sobre capacidade processual.

- I. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação obrigatória de bens.
- II. Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é indispensável somente nas hipóteses de comosse.
- III. O Município será representado, ativa e passivamente, em juízo, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada.
- IV. Quando o inventariante for dativo, dispensa-se a intimação dos sucessores do falecido no processo no qual o espólio seja parte.
- V. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo de 15 dias para que seja sanado o vício.

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas III.
- c) Apenas IV.
- d) Apenas IV e V.
- e) Apenas II, IV e V.

20. (FCC/MP/PE/Promotor/2022) A respeito da capacidade processual, personalidade jurídica e capacidade postulatória, considere as assertivas abaixo:

- I. Toda pessoa que se encontre no exercício pleno de seus direitos tem capacidade de assumir a posição processual de autor ou réu.
- II. Verificada a incapacidade processual do autor, o juiz imediatamente julgará o processo extinto.

- III. O legislador não confere personalidade jurídica ao espólio de pessoa falecida, a despeito de se reconhecer que tenha capacidade de figurar no polo ativo ou passivo de processo judicial.
- IV. O ordenamento jurídico confere a capacidade postulatória apenas ao advogado, desde que regularmente inscrito na OAB.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II, III e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I, II e III.

3.1.2. Dos Deveres das Partes e de seus Procuradores

SÚMULAS

1) Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas (arts. 82 a 97)

1.1) Das Despesas

STJ SUM 190 Na execução fiscal, processada perante a Justiça Estadual, cumpre à Fazenda Pública antecipar o numerário destinado ao custeio das despesas com o transporte dos oficiais de justiça.

STJ SUM 483 O INSS não está obrigado a efetuar depósito prévio do preparo por gozar das prerrogativas e privilégios da Fazenda Pública.

1.2) Dos Honorários Advocatícios

STF SUV 047 Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

STF SUM 257 São cabíveis honorários de advogado na ação regressiva do segurador contra o causador do dano.

STF SUM 389 Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário.

STF SUM 450 São devidos honorários de advogado sempre que vencedor o beneficiário de justiça gratuita.

STF SUM 512 Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança.

STF SUM 616 É permitida a cumulação da multa contratual com os honorários de advogado, após o advento do Código de Processo Civil vigente.

STJ SUM 014 Arbitrados os honorários advocatícios em percentual sobre o valor da causa, a correção monetária incide a partir do respectivo ajuizamento.

STJ SUM 029 No pagamento em juízo para elidir falência, são devidos correção monetária, juros e honorários de advogado.

STJ SUM 105 Na ação de mandado de segurança, não se admite condenação em honorários advocatícios.

STJ SUM 110 A isenção do pagamento de honorários advocatícios, nas ações acidentárias, é restrita ao segurado.

STJ SUM 111 Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre as prestações vencidas após a sentença.

STJ SUM 153 A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exequente dos encargos da sucumbência.

STJ SUM 201 Os honorários advocatícios não podem ser fixados em salários-mínimos.

STJ SUM 303 Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios.

STJ SUM 488 O § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469/1997, que obriga à repartição dos honorários advocatícios, é inaplicável a acordos ou transações celebrados em data anterior à sua vigência.

STJ SUM 517 São devidos honorários advocatícios no cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário, que se inicia após a intimação do advogado da parte executada.

1.3) Dos Honorários Periciais

STJ SUM 232 A Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.

1.4) Dos Ônus Sucumbenciais

STJ SUM 326 Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca.

STJ SUM 462 Nas ações em que representa o FGTS, a CEF, quando sucumbente, não está isenta de reembolsar as custas antecipadas pela parte vencedora.

2) Da Gratuidade da Justiça (arts. 98 a 102)

STF SUM 450 São devidos honorários de advogado sempre que vencedor o beneficiário de justiça gratuita.

STJ SUM 481 Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.

REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STJ RPT 1059 A majoração dos honorários de sucumbência prevista no art. 85, § 11, do CPC pressupõe que o recurso tenha sido integralmente desprovido ou não conhecido pelo tribunal, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente. Não se aplica o art. 85, § 11, do CPC em caso de provimento total ou parcial do recurso, ainda que mínima a alteração do resultado do julgamento e limitada a consectários da condenação. *REsp 1864633, 9.11.2023.*

STJ RPT 1076 I) A fixação dos honorários por apreciação equitativa não é permitida quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem elevados. É obrigatória nesses casos a observância dos percentuais previstos nos §§ 2º ou 3º do artigo 85 do CPC – a depender da presença da Fazenda Pública na lide –, os quais serão subsequentemente calculados sobre o valor: (a) da condenação; ou (b) do proveito econômico obtido; ou (c) do valor atualizado da causa. II) Apenas se admite arbitramento de honorários por equidade quando, havendo ou não condenação: (a) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (b) o valor da causa for muito baixo. *REsp 1850512, 16.2.2022.*

STJ RPT 1105 Continua eficaz e aplicável o conteúdo da Súmula nº 111/STJ (modificado em 2006), mesmo após a vigência do CPC/15, no que tange à fixação de honorários advocatícios. *REsp 1880529, 8.3.2023.*

INFORMATIVOS

STJ Sucumbência recíproca. Honorários advocatícios. Compensação. Impossibilidade. Pagamento dos honorários sucumbenciais dos próprios advogados. Impossibilidade. Arts. 85, § 14, e 86 do CPC. Sob a égide do CPC, estabelecido o grau de sucumbência recíproca entre os litigantes, a parte autora deverá arcar com os honorários sucumbenciais do advogado do réu e este com os honorários sucumbenciais do advogado do autor. *REsp 2082582, 3ª T, 11.6.2024. Inf 816.*

STJ Honorários advocatícios. Crédito trabalhista. Execução. Concurso singular de credores. Limitação. Pagamento. Cento e cinquenta salários-mínimos. Inaplicabilidade. Regra especial. Concurso universal de credores. Analogia. Impossibilidade. Não é possível a aplicação do limite de crédito de 150 salários-mínimos, previsto no art. 83, I, da Lei 11.101/05, à hipótese de concurso singular de credores contra devedor solvente. *REsp 1839608, 4ª T, 27.2.2024. Inf 802.*

STJ Honorários advocatícios. Equidade. Descabimento. Valor da causa. Pluralidade de vencedores. Rateio proporcional. Quando houver pluralidade de vencedores representados por escritórios de advocacia distintos, os honorários de sucumbência deverão ser partilhados entre eles, na proporção das respectivas pretensões. *AgInt no REsp 1842035, 4ª T, 20.2.2024. Inf 802.*

STJ Honorários advocatícios sucumbenciais. Observância dos limites e bases de cálculo do art. 85, § 2º, do CPC. Os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser

fixados, em regra, com observância dos limites percentuais e da ordem de gradação da base de cálculo estabelecida pelo art. 85, § 2º, do CPC, sendo subsidiária a aplicação do art. 85, § 8º, do CPC, apenas possível na ausência de qualquer das hipóteses do § 2º do mesmo dispositivo. *REsp 1931669, 4ª T, 5.12.2023. Inf 799.*

STJ Ação rescisória. Honorários advocatícios sucumbenciais. Base de cálculo. Parâmetros extraído da própria ação rescisória. A base de cálculo dos honorários advocatícios sucumbenciais deve ter como parâmetro a própria ação rescisória, e não a ação originária cuja decisão se pretende rescindir. *REsp 2068654, 3ª T, 15.9.2023. Inf 790.*

STJ Exceção de pré-executividade apresentada pela esposa do codevedor. Honorários sucumbenciais. Lei vigente à data da fixação ou modificação. CPC. Excipiente que não é parte na lide executiva. Proveito econômico inestimável. Fixação por equidade. Quando a exceção de pré-executividade apresentada por terceiro em ação executiva for acolhida, levando à exclusão deste no polo passivo da execução, os honorários advocatícios devem ser fixados por equidade, nos termos do art. 85, § 8º, do CPC, uma vez que não se pode vincular a verba sucumbencial ao valor da causa dado na execução, sendo inestimável o proveito econômico por ela auferido. *AgInt no REsp 1739095, 4ª T, 18.8.2023. Inf 785.*

STJ Defensoria Pública. Honorários sucumbenciais. Condenação de ente público. Possibilidade. Tema 1002/STF. É assegurado o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, independentemente do ente público com que litiga. *REsp 2089489, 2ª T, 8.9.2023. Inf 786.*

STJ Gratuidade de justiça. Ação proposta por menor. Exame do direito ao benefício da gratuidade à luz da situação econômica dos genitores. Impossibilidade. Natureza jurídica personalíssima. Pressupostos que devem ser preenchidos pela parte requerente. A representação da criança ou adolescente por seus pais vincula-se à incapacidade civil e econômica do próprio menor, sobre o qual incide a regra do art. 99, § 3º, do CPC, mas isso não implica automaticamente o exame do direito à gratuidade com base na situação financeira dos pais. *REsp 2055363, 3ª T, 23.6.2023. Inf 781.*

STJ Honorários de sucumbência. Apreciação equitativa. Impossibilidade. Excepcionalidade não configurada. Consonância da decisão agravada com jurisprudência desta Corte. Tema 1076/STJ. Liquidação de sentença. Litigiosidade. Execução individual de sentença proferida em mandado de segurança. Honorários advocatícios. Cabimento. Incide a regra geral do art. 85, § 1º, do CPC, que autoriza o cabimento dos honorários de sucumbência na fase de cumprimento, quando a liquidação ostentar caráter litigioso. *AgInt no REsp 1955594, 1ª T, 6.6.2023. Inf 781.*

STJ Fornecimento de medicamento. Honorários advocatícios. Arbitramento. Equidade. Aplicação. Proveito econômico inestimável. Nas ações em que se busca o fornecimento de medicamentos de forma gratuita, os honorários sucumbenciais podem ser arbitrados por apreciação equitativa, tendo em vista que o proveito econômico, em regra, é inestimável. *REsp 2060919, 2ª T, 6.6.2023. Inf 779.*

QUESTÕES DISCURSIVAS

2. (IAOCP/MPE/MS/Promotor/2023) A assistência judiciária gratuita é um direito fundamental previsto no art. 5º, LXXIV, da CF. Por sua vez, o art. 98, caput, bem como o art. 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC, também tratam do direito à gratuidade da justiça. Discorra, fundamentadamente, sobre a necessidade ou não de outras provas, além da declaração de hipossuficiência, para tal concessão.

QUESTÕES OBJETIVAS

21. (Vunesp/MPE/RO/Promotor/2024) Inês propôs ação de indenização por danos materiais em face de Rodrigo que, devidamente citado, apresentou contestação. Produzidas as provas, a ação foi julgada procedente, condenando Rodrigo ao pagamento de R\$ 4.000,00. Buscando protelar o pagamento e prejudicar Inês, Rodrigo decide opor embargos de declaração, mesmo sabendo que a sentença não possui erro material e nem está viciada por omissão, contradição ou obscuridade. A respeito do caso, assinale a alternativa correta.

- a) Além da multa estipulada pelo juiz, Rodrigo deverá indenizar Inês pelos prejuízos que ela sofreu e arcar com os honorários advocatícios dela e com todas as despesas que ela efetuou.
- b) Não é possível a condenação de multa por litigância de má-fé, uma vez que os embargos de declaração protelatórios já possuem multa própria, sob pena de configuração de “bis in idem”.
- c) A condenação por litigância de má-fé depende de requerimento de Inês, mediante simples petição, nos próprios autos.
- d) O valor da indenização será arbitrado pelo juiz e liquidado em autos apartados.
- e) O juiz deverá condenar Rodrigo ao pagamento de multa fixada em até dez vezes o valor do salário mínimo.

22. (Cespe/MPE/SC/Promotor/2023) Com base na jurisprudência do STJ, o adiantamento de honorários periciais em ações civis públicas é exigível do Ministério Público.

23. (MPE/RS/Promotor/2023) Assinale verdadeira ou falsa as seguintes afirmações sobre honorários advocatícios.

- I. A entidade sindical “X”, representativa dos profissionais de área de saúde pública do Estado “Y”, ingressou com ação coletiva contra este ente federativo para que fosse implementado o reajuste de uma gratificação, com base na Lei estadual “W”, cuja constitucionalidade era negada pelo Governador do Estado. O pedido foi julgado procedente, tendo o Estado “Y” sido condenado em custas e honorários advocatícios, tendo a sentença transitado em julgado. A partir de uma divisão pro rata, considerando o número de beneficiários pelo provimento jurisdicional, José, advogado, ingressou com execução dos honorários advocatícios fixados na sentença, pleiteando o percentual correspondente a um beneficiário. O juiz da causa agiu de maneira correta ao acolher o pedido, considerando que as sentenças proferidas em ações coletivas podem produzir efeitos individuais, o que legitima a execução individual de honorários advocatícios, os quais, por possuírem caráter alimentar, não assumem a condição de acessórios em relação ao crédito principal.
- II. As verbas de sucumbência arbitradas em embargos à execução rejeitados ou julgados improcedentes e em fase de cumprimento de sentença serão acrescidas no valor do débito principal, para todos os efeitos legais.
- III. Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo ou o valor da condenação for muito elevado, o juiz fixará o valor dos honorários advocatícios por apreciação equitativa, observando os parâmetros relativos ao grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.
- IV. Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios.

A sequência correta do preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V, V, F, V.
- b) F, F, V, V.
- c) V, F, V, F.
- d) F, V, F, V.
- e) V, V, F, F.

24. (Cespe/MPE/SC/Promotor/2023) Não será devido o recolhimento de custas iniciais complementares na homologação de pedido de desistência do processo em que a parte contrária ainda não tenha sido citada.

25. (IAOCP/MPE/MS/Promotor/2022) Quanto aos honorários advocatícios, assinale a alternativa incorreta.

- a) O tribunal, ao julgar recurso, fixará honorários recursais, levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal.
- b) A fixação dos honorários por apreciação equitativa não é permitida quando os valores da condenação ou da causa, ou o proveito econômico da demanda, forem elevados.
- c) Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de 20% sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- d) Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios.
- e) As verbas de sucumbência arbitradas em embargos à execução rejeitados ou julgados improcedentes e em fase de cumprimento de sentença serão acrescidas no valor do débito principal, para todos os efeitos legais.

26. (Fundep/MP/MG/Promotor/2022) Nos termos da legislação processual civil, a sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. A respeito disso, assinale a alternativa incorreta:

- a) É proibida a apreciação equitativa dos honorários mesmo quando o valor atualizado da causa for liquidável, salvo nas causas de inestimável ou irrisório proveito econômico, ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo.
- b) No cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje a expedição de precatório não serão devidos honorários, desde que inexistente impugnação.
- c) Os honorários são direito do advogado e têm natureza alimentar, gozando dos mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação previdenciária, vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.
- d) Na ação de indenização por ato ilícito contra pessoa, o percentual de honorários incidirá sobre a soma das prestações vencidas acrescida de 12 prestações vincendas.

27. (Cespe/MP/TO/Promotor/2022) A respeito da gratuidade da justiça, assinale a opção correta, à luz do CPC e do entendimento jurisprudencial.

- a) A gratuidade da justiça somente pode ser concedida a estrangeiro não residente no Brasil se ele tiver, nesse país, bens imóveis que lhe assegurem o pagamento das custas e dos honorários do advogado da parte contrária nas ações que propuser.
- b) Caso não esteja convencido da impossibilidade da parte de arcar com as custas do processo, o magistrado deverá indeferir imediatamente o pedido de gratuidade.
- c) A concessão de gratuidade da justiça não isenta o beneficiário de pagar, ao final do processo, eventuais multas processuais que lhe sejam aplicadas.
- d) O direito à gratuidade da justiça estende-se automaticamente a litisconsorte ou sucessor do beneficiário.
- e) Não é possível o deferimento de assistência judiciária gratuita a jurisdicionado que tenha firmado com seu advogado contrato de honorários com cláusula “ad exitum”.

28. (MP/SP/Promotor/2022) Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente. A respeito da litigância de má-fé e suas consequências, é correto afirmar que:

- a) é litigância de má-fé deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; alterar a verdade dos fatos; usar do processo para conseguir objetivo ilegal; opor resistência injustificada ao andamento do processo; provocar incidente manifestamente infundado; interpor recurso com intuito manifestamente protelatório. A litigância de má-fé será declarada a requerimento da parte, e o valor da indenização será fixado pelo juiz ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, em autos apartados.
- b) é litigância de má-fé deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; alterar a verdade dos fatos; usar do processo para conseguir objetivo ilegal; opor resistência injustificada ao andamento do processo; invocar prescrição ou decadência infundadas; provocar incidente manifestamente infundado; interpor recurso com intuito manifestamente protelatório. A litigância de má-fé será declarada de ofício ou a requerimento da parte, e o valor da indenização será fixado pelo juiz ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, nos próprios autos.
- c) é litigância de má-fé deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; alterar a verdade dos fatos; usar do processo para conseguir objetivo ilegal; opor resistência injustificada ao andamento do processo; invocar prescrição ou decadência infundadas; provocar incidente manifestamente infundado; interpor recurso com intuito manifestamente protelatório. A litigância de má-fé será declarada a requerimento da parte, e o valor da indenização será fixado pelo juiz ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento, nos próprios autos.
- d) é litigância de má-fé deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; alterar a verdade dos fatos; usar do processo para conseguir objetivo ilegal; opor resistência injustificada ao andamento do processo; provocar incidente manifestamente infundado; interpor recurso com intuito manifestamente protelatório. A litigância de má-fé será declarada de ofício ou a requerimento da parte, e o valor da indenização será fixado pelo juiz ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento comum, em autos apartados.
- e) é litigância de má-fé deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; alterar a verdade dos fatos; usar do processo para conseguir objetivo ilegal; opor resistência injustificada ao andamento do processo; provocar incidente manifestamente infundado; interpor recurso com intuito manifestamente protelatório. A litigância de má-fé será declarada de ofício ou a requerimento da parte, e o valor da indenização será fixado pelo juiz ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, nos próprios autos.

29. (Cespe/MP/AC/Promotor/2022) Acerca das despesas, dos honorários advocatícios, das multas e da gratuidade da justiça, assinale a opção correta com base no CPC vigente e no entendimento dos tribunais superiores.

- a) Suscitada a insuficiência de recursos por pessoa jurídica ou natural, deve ser presumida como verdadeira sua declaração para fins de concessão da gratuidade de justiça.
- b) A gratuidade da justiça passou a poder ser concedida a estrangeiro não residente no Brasil após a entrada em vigor do atual CPC.
- c) Não é admissível o deferimento de assistência judiciária gratuita a jurisdicionado que tenha firmado com seu advogado contrato de honorários com cláusula “ad exitum”.

- d) Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, os honorários advocatícios deverão ser fixados com base no valor da causa.
- e) O indivíduo beneficiário da justiça gratuita que for derrotado na ação não terá responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários decorrentes da sucumbência.

30. (MP/DFT/Promotor/2021) Marque a alternativa correta. Quanto ao ato atentatório à dignidade da justiça:

- a) Uma das hipóteses legais é a de inovação ilegal no estado de fato de bem e pode ensejar a aplicação de multa em favor da União ou do Estado em até 20% do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.
- b) Uma das hipóteses legais é a de inovação ilegal no estado de fato de bem e pode ensejar a aplicação de multa em favor da parte prejudicada em 10% do valor da causa.
- c) A multa aplicada por ato atentatório à dignidade da justiça será revertida em favor da parte contrária no processo civil e limitada ao percentual de 20% do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.
- d) Resta configurada quando os fatos não são expostos em juízo de acordo com a verdade real e ensaja a aplicação de multa em até 10% do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta e sempre será revertida em favor da União.
- e) Quando o ato atentatório à dignidade da justiça for praticado pelo Membro do Ministério Público ou pelo Defensor Público, a multa será fixada em razão do subsídio mensal, limitado ao máximo de 10 vezes o valor do salário mínimo.

31. (Fundep/MP/MG/Promotor/2021) Concernente à multa por infração aos deveres processuais pelas partes e seus procuradores, assinale a alternativa incorreta:

- a) A prática de atos inúteis e procrastinatórios à declaração do direito, conduta atentatória à dignidade da justiça, é passível de multa em até 20% do valor da causa.
- b) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 vezes o valor do salário-mínimo.
- c) A multa fixada em face de conduta atentatória é fixada independentemente do cumprimento definitivo da sentença de obrigação de pagar quantia certa.
- d) A multa impaga será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou.

32. (Cespe/MP/PI/Promotor/2019) De acordo com a jurisprudência do STJ acerca do CPC, assinale a opção correta.

- a) O benefício da gratuidade de justiça não poderá ser concedido a estrangeiro não residente no Brasil.
- b) O trânsito em julgado de sentença estrangeira é requisito legal indispensável para a homologação desta no Brasil.
- c) São devidos honorários advocatícios na fase de cumprimento individual de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que a fazenda pública não apresente impugnação.
- d) A comprovação da tempestividade de recurso especial, no caso de prorrogação de prazo em razão de feriado local, pode ocorrer posteriormente ao ato de interposição desse recurso.
- e) Associação de municípios e prefeitos possui legitimidade ativa para atuar como substituto processual de pessoas jurídicas de direito público.

3.2. Do Litisconsórcio

SÚMULAS

STF SUM 631 Extingue-se o processo de mandado de segurança se o impetrante não promove, no prazo assinado, a citação do litisconsorte passivo necessário.

STF SUM 701 No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.

STJ SUM 358 O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioria está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.

QUESTÕES OBJETIVAS

33. (Cespe/MPE/SC/Promotor/2023) A ausência de legitimado indispensável ao desenvolvimento da relação processual, na hipótese de litisconsórcio necessário simples, torna a sentença de mérito ineficaz apenas com relação à parte que não tiver sido citada.

34. (Cespe/MPE/PA/Promotor/2023) A respeito dos sujeitos processuais e do litisconsórcio, de acordo com o CPC e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- Os honorários advocatícios podem ser fixados com base em equidade nas causas de grande valor concreto.
- Em ação para remoção de conteúdo ofensivo, não há litisconsórcio passivo necessário entre o provedor de aplicação e o autor da mensagem.
- Não é possível, em nenhuma hipótese, reduzir o valor dos honorários advocatícios sucumbenciais fixados dentro do parâmetro legal.
- A curatela especial poderá ser exercida pelo Ministério Público quando a causa envolver incapaz.
- Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é sempre imprescindível.

35. (Fundep/MP/MG/Promotor/2022) Quanto ao litisconsórcio, assinale a opção incorreta nos termos da legislação processual civil:

- O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.
- O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

3.3. Da Intervenção de Terceiros

SÚMULAS

STJ SUM 553 Nos casos de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, é competente a Justiça Estadual para o julgamento de demanda proposta exclusivamente contra a Eletrobrás. Requerida a intervenção da União no feito após a prolação de sentença pelo juízo estadual, os autos devem ser remetidos ao tribunal regional federal competente para o julgamento da apelação se deferida a intervenção.

STJ SUM 537 Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denunciação ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.

INFORMATIVOS

STJ Desconsideração da personalidade jurídica. Pedido formulado duas vezes na própria execução. Mesma causa de pedir. Preclusão. Ocorrência. O trânsito em julgado da decisão que aprecia pedido de desconsideração da personalidade jurídica torna a questão preclusa para as partes da relação processual, inviabilizando

a dedução de novo requerimento com base na mesma causa de pedir. *REsp 2123732, 3ª T, 21.3.2024. Inf 805.*

STJ Penhora. Patrimônio. Terceiro. Grupo econômico. Pessoa jurídica executada. Desconsideração da personalidade jurídica. Incidente processual. Necessidade de instauração. Uma empresa do mesmo grupo econômico da parte executada só pode ter seus bens bloqueados se o incidente de desconsideração da personalidade jurídica for previamente instaurado, não sendo suficiente mero redirecionamento do cumprimento de sentença contra quem não integrou a lide na fase de conhecimento. *REsp 1864620, 4ª T, 12.9.2023. Inf 789.*

QUESTÕES OBJETIVAS

36. (Vunesp/MPE/RJ/Promotor/2024) Em um dia chuvoso, Juliana, dirigindo um carro, e Leandro, dirigindo uma moto, envolvem-se em um acidente. O carro de Juliana bate na traseira da moto de Leandro, que cai no chão e sofre apenas ferimentos leves. Juliana informa Leandro que possui seguro contra terceiros pela seguradora Viva Bem. Diante da situação hipotética, considerando o entendimento do STJ, é correto afirmar que:

- se Leandro ajuizar ação de indenização em face de Juliana e ela denunciar à lide a seguradora Viva Bem, esta não poderá ser condenada a pagar diretamente a Leandro sem que Juliana pague antes e, depois, o seguro faça apenas o ressarcimento.
- se Leandro ajuizar ação de indenização apenas em face de Juliana, cobrando as despesas do conserto, ela poderá chamar ao processo a seguradora Viva Bem.
- Leandro pode ajuizar, direta e exclusivamente, ação judicial em face da seguradora Viva Bem.
- se Leandro ajuizar ação em face de Juliana, ela poderá denunciar à lide a seguradora Viva Bem, que poderá ser condenada, de forma direta e solidária, a indenizar Leandro.
- Leandro não poderá ajuizar ação de indenização contra Juliana e a seguradora Viva Bem em litisconsórcio passivo.

37. (Vunesp/MPE/SP/Promotor/2023) Sobre a intervenção de terceiros, leia as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- Havendo alienação da coisa litigiosa, o adquirente poderá ingressar em juízo sucedendo o alienante, independentemente do consentimento da parte contrária, e poderá intervir no processo como assistente litisconsorcial.
- O litisconsórcio será unitário quando a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes e será necessário quando o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido, sendo-lhe vedada a rediscussão da decisão transitada em julgado, salvo se for revel o assistido, hipótese em que ao assistente será permitida a rediscussão da ação.
- O réu poderá requerer o chamamento ao processo do afiançado, na ação em que o fiador for réu, e dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles.
- Considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, o juiz ou o relator poderá, depois de prévio requerimento das partes, admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, como “amicus curiae”.

38. (Fundep/MPE/MG/Promotor/2023) Sobre o “amicus curiae” é correto afirmar que:

- São condições alternativas para o ingresso do “amicus curiae” a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia.

- b) O juiz ou relator poderá, por decisão recorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada.
- c) A intervenção do “amicus curiae” não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos.
- d) Os poderes do “amicus curiae” são estabelecidos no CPC.

39. (Cespe/MPE/AM/Promotor/2023) Quando há intervenção no processo em que um terceiro não se vincula processualmente ao resultado do julgamento, mas sua participação sucede como forma de agregar subsídios aptos a contribuir com a qualificação da decisão a ser tomada no âmbito do Poder Judiciário, observa-se o que se chama de:

- a) assistência simples.
- b) “amicus curiae”.
- c) assistência litisconsorcial.
- d) chamamento ao processo.
- e) denunciação da lide.

40. (Cespe/MP/TO/Promotor/2022) Com relação ao litisconsórcio e à intervenção de terceiro, assinale a opção correta.

- a) Além do interesse jurídico, o interesse de ordem econômica, social, religiosa ou humanitária autoriza a assistência.
- b) Não obstante o inquestionável relevo de sua participação como terceiro interveniente, o “amicus curiae” não dispõe de poderes para interposição de nenhum recurso processual.
- c) Não é possível cindir litisconsórcio facultativo multitudinário quando, em razão de sua formação, possa ocorrer a rápida solução do litígio ou o comprometimento da defesa ou do cumprimento de sentença.
- d) É admissível a denunciação da lide per saltum, desde que envolva interesses indisponíveis.
- e) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

41. (FGV/MP/GO/Promotor/2022) Manoel ajuizou ação indenizatória em face de Joaquim, que foi julgada procedente, condenando-se Joaquim ao pagamento da quantia de R\$ 150.000,00. Instaurada a fase de cumprimento definitivo do julgado, o réu deixou de efetuar o pagamento da condenação ou indicar bens à penhora. Após sucessivas tentativas de localizar bens do devedor, Manoel passou a suspeitar que o padrão de vida de Joaquim era incompatível com a ausência de bens e dinheiro, suspeitando que Joaquim havia transferido tudo para a padaria, em que figura como sócio, inclusive fazendo suas movimentações bancárias por intermédio da pessoa jurídica. Diante do exposto, é correto afirmar que:

- a) instaurado o incidente, a padaria será citada para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de cinco dias.
- b) o incidente de descon sideração da personalidade jurídica inversa não suspende o processo e a respectiva decisão deverá ser atacada por apelação.
- c) considerando a ocultação patrimonial, o incidente de descon sideração da personalidade jurídica inversa pode ser instaurado mediante requerimento do Ministério Público.
- d) se acolhido o incidente de descon sideração da personalidade jurídica inversa, a alienação ou a oneração de bens será considerada fraude à execução a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende descon siderar.
- e) o incidente de descon sideração da responsabilidade jurídica inversa é incompatível com a dilação probatória, cabendo a

Manoel colher todas as provas pertinentes administrativa-mente ou via produção antecipada de prova.

42. (MP/SP/Promotor/2022) Aquele que ingressa numa causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, sem defender direito próprio, atua no processo como:

- a) assistente litisconsorcial.
- b) “amicus curiae”.
- c) assistente.
- d) coobrigado.
- e) litisdenunciante.

43. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) A instauração do incidente de descon sideração da personalidade jurídica pode ser feita de ofício pelo juiz ou decorrer de pedido do Ministério Público.

44. (Cespe/MP/AP/Promotor/2021) A respeito dos atos processuais, da intervenção de terceiros e do procedimento comum, assinale a opção correta, à luz do CPC e da jurisprudência do STJ.

- a) O atual sistema processual permite, em qualquer hipótese, que o assistente simples discuta a justiça da decisão proferida no processo em que ele interveio, após seu trânsito em julgado.
- b) O mero detentor, quando demandado, tem a faculdade de nomear à autoria o proprietário ou o possuidor da coisa litigiosa.
- c) Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denunciação ou contestar o pedido do autor, poderá ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.
- d) Considerando a relevância da matéria, o juiz poderá admitir a participação de pessoa natural ou jurídica como “amicus curiae”, porém dessa decisão caberá recurso.
- e) O incidente de descon sideração da personalidade jurídica pode ser instaurado de ofício ou a pedido do Ministério Público.

45. (Fundep/MP/MG/Promotor/2021) Sobre a descon sideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa incorreta:

- a) A mera existência de grupo econômico não é suficiente para permitir a descon sideração da personalidade jurídica quando não se demonstrar o abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- b) A mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica não constitui desvio de finalidade.
- c) A descon sideração da personalidade jurídica só poderá ser concedida em casos que se demonstrar conjuntamente uma situação fática que identifique, ao mesmo tempo, desvio de finalidade e confusão patrimonial.
- d) A transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contra- prestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante, pode configurar confusão patrimonial caracterizadora de uma situação de fato capaz de autorizar a descon sideração da personalidade jurídica.

3.4. Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça

SÚMULAS

STF SUM 072 No julgamento de questão constitucional, vinculada a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, não estão impedidos os ministros do Supremo Tribunal Federal que ali tenham funcionado no mesmo processo, ou no processo originário.

STF SUM 252 Na ação rescisória, não estão impedidos juízes que participaram do julgamento rescindendo.

STJ SUM 033 A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

STJ SUM 121 Na execução fiscal, o devedor deverá ser intimado, pessoalmente, do dia e hora da realização do leilão.

INFORMATIVOS

STF Código de Processo Civil: regra sobre impedimentos de juizes. É inconstitucional – por violar os princípios do juiz natural, da razoabilidade e da proporcionalidade – o inciso VIII do art. 144 do CPC, que estabelece que o magistrado está impedido de atuar nos processos em que a parte seja cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, ainda que essa mesma parte seja representada por advogado de escritório diverso. As hipóteses de exceção de impedimento devem ser aferidas objetivamente pelo magistrado, de forma a viabilizar uma atuação imparcial e desinteressada. Nesse contexto, uma cláusula aberta e excessivamente abrangente, como a prevista no dispositivo impugnado, é irrazoável e inviabiliza, sobremaneira, a efetividade da jurisdição, pois define causa de impedimento sem dar ao juiz o poder ou os meios para pesquisar a carteira de clientes do escritório de seu familiar, limitando a sua averiguação às informações apresentadas por terceiros. Ademais, a regra prevista pelo dispositivo impugnado gera uma presunção absoluta de impedimento, em contrariedade ao princípio do juiz natural. *ADI 5953, 21.8.2023. Pleno. Inf 1104.*

QUESTÕES DISCURSIVAS

3. (Vunesp/MPE/SP/Promotor/2023) Considerando o conjunto de normas fundamentais e os institutos jurídicos positivados no ordenamento jurídico, como deve ser compreendido e aplicado o art. 139, IV, do CPC nas causas em que há intervenção do Ministério Público?

QUESTÕES OBJETIVAS

46. (Vunesp/MPE/SP/Promotor/2023) Considerando os institutos do impedimento e da suspeição, assinale a opção correta.

- É impedido para exercer suas funções no processo o chefe de secretaria cujo companheiro for amigo íntimo do advogado de uma das partes no processo.
- Reconhecido o impedimento ou a suspeição, o tribunal fixará o momento a partir do qual o juiz não poderia ter atuado, declarando nulos os atos do juiz, se praticados quando existente o motivo de impedimento ou de suspeição.
- Poderá o membro do Ministério Público declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, em petição específica dirigida ao juiz do processo na qual indicará o fundamento da suspeição.
- O impedimento e a suspeição do juiz para o processamento e julgamento da causa são hipóteses de rescindibilidade da sentença de mérito transitada em julgado.
- É suspeito para exercer suas funções no processo o perito que tenha relação de emprego com instituição de ensino que figure como parte no processo.

47. (MP/RS/Promotor/2021) Em consonância com a legislação processual civil, assinale a alternativa correta.

- Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo, entre outras causas, quando receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio.
- Haverá impedimento do juiz, entre outras causas, quando figurar como parte cliente do escritório de advocacia de seu

cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, salvo se patrocinado por advogado de outro escritório.

- Haverá suspeição do juiz, entre outras causas, quando figurar como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.
- Se reconhecer o impedimento ou a suspeição ao receber a petição, o juiz ordenará imediatamente a remessa dos autos ao tribunal, caso contrário, determinará a autuação em apartado da petição e, no prazo de 15 dias, apresentará suas razões, acompanhadas de documentos e de rol de testemunhas, se houver, ordenando a remessa do incidente ao tribunal.
- Será ilegítima a alegação de suspeição quando a parte que a alega houver praticado ato que signifique manifesta aceitação do arguido.

48. (MP/DFT/Promotor/2021) Atente para os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta:

- Juiz peitado é aquele que no processo civil tenha proferido decisão de mérito mediante o não recolhimento das custas devidas, apesar de não sido concedida a gratuidade de justiça.
- Juiz peitado é aquele que funcionou no processo anteriormente como membro do Ministério Público, fato que configura impedimento.
- Configura causa de impedimento do juiz o fato de possuir interesse no julgamento do processo em favor de qualquer uma das partes, apesar de possuir trabalho doutrinário prévio no mesmo sentido.
- A alegação de suspeição será ilegítima se a parte que a alega houver praticado ato que signifique manifesta aceitação do arguido.
- O Promotor de Justiça que investigou o fato em inquérito civil público e ofereceu a inicial da ação civil pública não poderá alegar a suspeição do juiz.

49. (Fundep/MP/MG/Promotor/2021) Analise as seguintes assertivas, nos termos do CPC, e assinale a alternativa incorreta. O juiz dirigirá o processo, incumbindo-lhe:

- Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária.
- Dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito, inclusive após encerrado o prazo regular.
- Determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confissão.
- Quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5º da Lei 7.347/85, e o art. 82 da Lei 8.078/90, para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.

50. (Cespe/MP/PI/Promotor/2019) Com relação a procedimentos, posturas, condutas e mecanismos apropriados para a obtenção da solução conciliada de conflitos, assinale a opção correta, à luz da legislação pertinente.

- Os advogados podem estimular a conciliação e outros métodos de solução consensual de conflitos nos processos que atuem, desde que autorizados pelo juiz competente.
- A audiência de conciliação ou de mediação deverá ser necessariamente realizada de forma presencial.

- c) Incumbe ao juiz promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.
- d) Para que a realização da audiência de conciliação ou de mediação seja dispensada, basta que uma das partes manifeste, expressamente, o desinteresse na composição consensual.
- e) É vedado às partes do processo judicial escolher livremente o conciliador ou o mediador: elas devem selecionar profissional inscrito no cadastro do tribunal pertinente.

3.5. Do Ministério/Advocacia/Defensoria Públicos

ATENÇÃO: ESTE TEMA É MUITO EXIGIDO NOS CONCURSOS!

SÚMULAS

- STF SUM 643** O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.
- STJ SUM 116** A Fazenda Pública e o Ministério Público têm prazo em dobro para interpor agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça.
- STJ SUM 189** É desnecessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.
- STJ SUM 226** O Ministério Público tem legitimidade para recorrer na ação de acidente do trabalho, ainda que o segurado esteja assistido por advogado.
- STJ SUM 329** O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.
- STJ SUM 594** O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito de criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas no art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou de quaisquer outros questionamentos acerca da existência ou eficiência da Defensoria Pública na comarca.
- STJ SUM 601** O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público.

JURISPRUDÊNCIA EM TESES

- STJ JT 212-03** O fato de a parte ser pessoa com deficiência, por si só, não é motivo suficiente para caracterizar relevância social a exigir a intervenção do Ministério Público como "custos legis".

QUESTÕES OBJETIVAS

51. (Consulplan/MPE/SC/Promotor/2024) A intervenção do Ministério Público é obrigatória, quando não for parte, nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.

52. (Vunesp/MPE/RJ/Promotor/2024) Bruno e Renata, pais de dois filhos menores, estão se divorciando e não conseguem chegar a um acordo sobre a guarda dos filhos e o valor dos alimentos. Bruno quer a guarda compartilhada, enquanto Renata quer a guarda unilateral. Com a ajuda de um mediador, o casal chega ao seguinte acordo: Bruno terá a guarda unilateral dos filhos, e Renata terá direito a visitas regulares. No que diz respeito aos alimentos não houve acordo. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Uma vez estabelecido que o conflito será decidido por meio da mediação, ambas as partes serão obrigadas a permanecer no procedimento.
- b) No caso hipotético, ainda que o conflito tenha sido resolvido por mediação, é exigida a oitiva do Ministério Público.

- c) Por se tratar a guarda dos filhos de um direito indisponível, não é possível a solução do conflito por mediação.
- d) Considerando que na situação hipotética houve consenso entre as partes, basta a assinatura de um termo perante o mediador, não sendo necessária a homologação em juízo.
- e) Não é possível a mediação apenas sobre parte do conflito, sendo necessário, no caso, a resolução de ambos os conflitos em juízo.

53. (Consulplan/MPE/SC/Promotor/2024) O Ministério Público deverá ser intimado no caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas.

54. (Consulplan/MPE/SC/Promotor/2024) A legitimidade do Ministério Público em requer inventário e partilha em favor de herdeiro incapaz não tem previsão no CPC.

55. (MPE/PR/Promotor/2023) A partir das afirmações abaixo, assinale a alternativa correta:

- I. Não cabe ao Ministério Público estimular a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos, cuja atribuição somente é reservada aos juízes, advogados e defensores públicos.
- II. As regras a respeito dos atos atentatórios à dignidade da justiça previstas no CPC aplicam-se também aos membros do Ministério Público, independentemente da apuração de responsabilidade disciplinar.
- III. Há impedimento do membro do Ministério Público para atuar em processo em que haja mandato conferido a membro de escritório de advocacia que tenha em seus quadros advogado que individualmente ostente a condição de cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que não intervenha diretamente no processo.
- IV. Os membros do Ministério Público exercerão suas atribuições nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei.
- V. Se o membro do Ministério Público não comparecer à audiência, o juiz deve marcar outra data para a produção da prova requerida pelo Ministério Público.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- b) se somente a afirmativa V estiver correta.
- c) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
- e) se somente a afirmativa III estiver correta.

56. (Vunesp/MPE/SP/Promotor/2023) No que tange à participação processual do Ministério Público em processos que não figure como parte, é correto afirmar:

- a) O Ministério Público poderá promover ação de interdição em caso de doença mental grave, ainda que o interditando possua parentes capazes que a promovam.
- b) O Ministério Público não tem legitimidade concorrente com aquele que estiver na posse e administração do espólio para requerer abertura de inventário e de partilha quando houver herdeiro incapaz.
- c) Nos casos em que houver herança jacente, o curador poderá representar a herança em juízo, não sendo necessária a intervenção do Ministério Público.
- d) O Ministério Público será intimado nos casos de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas.

- e) Nas ações de família, o Ministério Público só intervirá quando houver interesse de incapaz, não sendo necessária sua oitiva em caso de composição amigável.

57. (Vunesp/MPE/SP/Promotor/2023) O Ministério Público deverá atuar na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis. Nesse sentido, é correto afirmar:

- O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica em todos os processos em que a Fazenda Pública figure como parte.
- O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica no prazo de 60 dias.
- O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica em processos que envolvam interesse de incapaz, interesse público, interesse social e litígios coletivos pela posse de terra urbana ou rural.
- O Ministério Público deverá ter vista dos autos antes das partes e poderá, além de produzir provas, requerer medidas processuais e recorrer.
- O prazo do Ministério Público para manifestar-se nos autos será contado em dobro, ainda que a lei estabeleça prazo próprio para sua manifestação.

58. (IAOCP/MPE/RR/Promotor/2023) O CPC adequou o Ministério Público ao perfil traçado pela CF de defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis. Nesse sentido, os membros do Ministério Público NÃO intervêm como fiscal da ordem jurídica:

- nas causas que envolvam interesse público ou social.
- nas ações de família, quando houver interesse de incapaz, e naquelas em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar.
- nos incidentes de resolução de demandas repetitivas, quando não for parte.
- nos litígios individuais pela posse de terra rural ou urbana.

59. (Fundep/MPE/MG/Promotor/2023) Assinale a assertiva correta com relação à atuação do Ministério Público no processo civil:

- Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.
- O membro do Ministério Público será civil e diretamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais disponíveis.

60. (Cespe/MPE/BA/Promotor/2023) Um Promotor de Justiça ajuizou ACP que foi distribuída uma vara na qual atua juiz de direito que, anteriormente apresentara contra aquele algumas reclamações disciplinares junto ao CNMP. Nas reclamações, o magistrado argumentava que seria “particularmente perseguido” pelo Promotor de Justiça que propôs a ACP. Considerando a situação hipotética apresentada e o entendimento do STJ acerca do impedimento aplicável ao juiz, julgue os itens a seguir.

- O caso não configura impedimento do juiz, pois o Promotor de Justiça não é parte nem advogado na ACP.
- O caso não configura impedimento, pois se busca impedir a atuação de juiz quando se tratar de contenda judicial, passada

ou presente, com quem integre a relação processual ou ofício no processo em qualquer dos polos.

- O caso configura impedimento, pois se busca impedir a atuação de juiz em contenda judicial ou administrativa, passada ou presente, com quem integre a relação processual ou ofício no processo em qualquer dos polos.
- A exceção de impedimento, exige a prova da efetiva parcialidade ou não do magistrado.
- A exceção de impedimento dispensa a prova da efetiva parcialidade ou não do magistrado.

Estão certos apenas os itens:

- I e III.
- I e IV.
- II e IV.
- II e V.
- III e V.

61. (Cespe/MPE/AM/Promotor/2023) Conforme as disposições do CPC e os aspectos processuais atinentes à atuação do MP em juízo, o MP:

- detém, na condição de fiscal da lei, as prerrogativas de vista dos autos depois das partes e de intimação de todos os atos do processo.
- deve promover os interesses públicos da União por meio da representação judicial em todos os âmbitos federativos.
- deve exercer a defesa dos direitos individuais e coletivos dos hipossuficientes, de maneira integral e gratuita.
- goza de prazo em dobro para manifestação na condição de parte no processo, dilatação inexistente nas suas intervenções como fiscal da lei.
- deve atuar, obrigatoriamente, nas demandas em que haja a participação da fazenda pública.

62. (IAOCP/MPE/MS/Promotor/2022) Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- O Ministério Público pode ajuizar, como substituto processual, ação de alimentos em favor de criança e/ou adolescente, independentemente do exercício do poder familiar pelos pais, ou de o substituído apresentar-se em qualquer situação de risco descrita no art. 98 do ECA, ainda que existente Defensoria Pública eficiente na Comarca.
- O prazo para o Ministério Público recorrer contra decisões proferidas no processo civil decorre a partir da sua intimação, especialmente quando a decisão é proferida em audiência.
- Não pode o Ministério Público, em ação por ele aforada como substituto processual de criança e/ou adolescente, dela desistir, salvo se o substituído com isto concordar, através de seu(s) representante(s) legal(is).
- Não há necessidade de alteração da representação da parte incapaz, exercida pelo Ministério Público em caráter substitutivo no processo civil, em caso de falecimento do substituído no curso do processo.
 - Apenas I e IV estão corretas.
 - Apenas II e III estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas II e IV estão corretas.
 - I, II, III e IV estão corretas.

63. (Cespe/MP/TO/Promotor/2022) À luz das regras processuais que regulam a atuação do Ministério Público, assinale a opção correta.

- O Ministério Público terá prazo em dobro para manifestar-se nos autos, em qualquer situação, a partir de sua intimação pessoal.

- b) A curatela especial deve ser exercida, preferencialmente, pelo Ministério Público.
- c) O Ministério Público deve officiar, como fiscal da ordem jurídica, em todas as ações que envolvam a fazenda pública.
- d) Nas hipóteses de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- e) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com culpa ou fraude no exercício de suas funções.

64. (FCC/MP/PE/Promotor/2022) Sobre o Ministério Público e os limites legais estabelecidos para sua atuação, é correto afirmar:

- a) O Ministério Público só tem legitimidade para interposição de recurso se figurar como autor da ação.
- b) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.
- c) A presença, como parte ou interveniente da Fazenda Pública, torna obrigatória a atuação do Ministério Público.
- d) É obrigatória a intervenção do Ministério Público em processos em que figure, no polo ativo ou passivo, pessoa capaz.
- e) O Ministério Público gozará de prazo em quádruplo para lançar manifestação nos autos.

65. (FCC/MP/PE/Promotor/2022) Considere a sistemática processual no que tange às ações de família e às funções institucionais conferidas ao Ministério Público:

- I. O Ministério Público sempre intervirá quando houver interesse de incapaz, sendo ele parte ou não no processo.
- II. O Ministério Público intervirá nos processos contenciosos, existindo ou não interesse de incapaz.
- III. O Ministério Público, a despeito de não figurar incapaz em um dos polos da ação, intervirá se houver como parte vítima de violência doméstica e familiar.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) I e III.

66. (IAOCP/MPE/MS/Promotor/2022) Analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. O Ministério Público, atuando como “custos legis”, tem legitimidade para opor exceção de incompetência relativa do juízo da ação entre pessoas capazes, porque ali atua como fiscal da ordem jurídica.
 - II. O Ministério Público, atuando como “custos legis” em causa que envolve interesse de incapaz, não tem interesse em recorrer objetivando a reforma de sentença contrária ou menos favorável aos direitos perseguidos pelo incapaz.
 - III. O Ministério Público sempre gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal.
 - IV. O Ministério Público não gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos quando a lei, expressamente, estabelecer prazo próprio para a sua manifestação.
- a) Apenas I e II estão corretas.
 - b) Apenas III e IV estão corretas.
 - c) Apenas II está correta.
 - d) Apenas IV está correta.
 - e) I, II, III e IV estão incorretas.

67. (IAOCP/MPE/MS/Promotor/2022) Quanto à obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público Estadual, assinale a alternativa correta.

- a) Nas ações com pretensão de fornecimento de medicamento ajuizada contra a Fazenda Pública (município), é obrigatória a intervenção do Ministério Público Estadual.
- b) Será intimado para se manifestar, no prazo de 15 dias, nos litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.
- c) É nulo o processo em que não houve a intimação e a intervenção do MP em primeiro grau de jurisdição, apesar da presença de parte com enfermidade psíquica grave e cujos legítimos para pedir a interdição possuem conflitos de interesses.
- d) Findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz dilatará o prazo por igual período.
- e) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na CF e nos processos que envolvam interesse público ou privado.

68. (Vunesp/MP/RJ/Promotor/2022) Nos processos judiciais em que o Ministério Público atua como fiscal da ordem jurídica:

- a) incumbe ao autor adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar a requerimento do Ministério Público.
- b) ele deverá, nas hipóteses previstas em lei, ser intimado para se manifestar em 15 dias.
- c) terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- d) pode apresentar recurso, desde que alguma das partes recorra previamente.
- e) pode propor ação rescisória, desde que tenha atuado no processo em que foi proferida a decisão rescindenda.

69. (MP/PR/Promotor/2021) Sobre os sujeitos processuais, no CPC, assinale a alternativa correta:

- a) A presença de curador especial em um processo impõe a participação de representante do Ministério Público.
- b) É absolutamente vedado que o Ministério Público participe de processos na condição de “amicus curiae”.
- c) Por ser sujeito imparcial do processo, o membro do Ministério Público não se sujeita às regras de impedimento e suspeição do CPC.
- d) Quando atua como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público tem legitimidade recursal.
- e) O membro do Ministério Público não pode ser responsabilizado quando age no exercício de suas funções, mesmo quando age com dolo.

70. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) O Ministério Público será intimado a atuar como “custos legis” nos processos que envolvam litígios coletivos pela posse de terra urbana ou rural, interesse público, social e do incapaz, bem como nos referentes à participação da fazenda pública, cuja materialização representa, por si, hipótese de intervenção do Ministério Público, como, por exemplo, nas demandas que versam sobre interesses patrimoniais de pessoas jurídicas de direito público.

71. (MP/PR/Promotor/2021) Sobre a atuação do Ministério Público nos Tribunais, nos moldes do CPC, identifique a alternativa correta:

- a) O prazo para as intervenções do Ministério Público será sempre em dobro.

- b) O Ministério Público não é legítimo para suscitar conflitos de competência, podendo neles atuar apenas enquanto custos iuris.
- c) O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica apenas nos processos que envolvam interesse social ou público e interesse de incapaz.
- d) O direito de ação do Ministério Público é limitado pelas suas atribuições constitucionais.
- e) Caso haja convenção entre as partes, a oitiva do Ministério Público, quando a lei determinar sua intervenção, poderá ser afastada.

72. (Fundep/MP/MG/Promotor/2021) Analise as seguintes assertivas, nos termos do CPC:

- I. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas ações de família em que figure como parte vítima de violência doméstica e familiar, ainda que não exista interesse de incapaz.
- II. Aplica-se o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.
- III. Incumbe ao autor adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, quando sua intervenção ocorrer como fiscal da ordem jurídica.
- IV. A requerimento do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica, o juiz poderá decidir novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo se tratar de relação jurídica de trato continuado em que sobreveio modificação no estado de fato ou de direito.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as assertivas são falsas.
- b) As assertivas II e IV são falsas.
- c) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

73. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) Caso o menor interessado atinja a maioria no curso da ação de investigação de paternidade, decairá o dever de intervenção do Ministério Público.

74. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) Membro do Ministério Público que tenha parente de segundo grau como parte de processo fica impedido nesse processo, devendo o juiz determinar que o incidente seja processado em separado, sem a suspensão do processo.

75. (Cespe/MP/CE/Promotor/2020) Em determinada seção do STJ, durante julgamento de recurso especial repetitivo acerca de discussão referente ao custeio de medicamento por plano de saúde, questão que se reflete em diversas demandas de consumidores economicamente vulneráveis, foi admitido o ingresso da Defensoria Pública da União na qualidade de guardião dos vulneráveis (“custos vulnerabilis”). Nessa hipótese, de acordo com a jurisprudência atual do STJ, a atuação como guardião dos vulneráveis:

- a) representa uma forma interventiva da Defensoria Pública em nome próprio e em favor de seus interesses institucionais, sendo-lhe permitida a interposição de recurso.
- b) somente será legítima caso a decisão seja ratificada por maioria absoluta do órgão plenário do STJ.
- c) não possui fundamento no ordenamento jurídico brasileiro, motivo pelo qual a decisão é nula e a Defensoria Pública deve ser excluída do feito.
- d) está eivada de nulidade relativa, por ausência de fundamento para essa forma de intervenção, e a participação da Defensoria Pública deve ser convertida em atuação como “amicus curiae”.

- e) é adequada desde que se restrinja ao mero acompanhamento do processo, sendo vedada a prática de atos processuais pela Defensoria Pública.

76. (Cespe/MP/CE/Promotor/2020) De acordo com a legislação processual civil em vigor, desde que não esteja atuando como parte ou requerente, o Ministério Público deve obrigatoriamente ser intimado para manifestação em qualquer hipótese de processo ou procedimento:

- a) de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- b) especial contencioso previsto no CPC para as ações de família.
- c) em que surja incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- d) em que a fazenda pública seja parte.
- e) especial de jurisdição voluntária.

77. (FCC/MP/MT/Promotor/2019) De acordo com o CPC e entendimento jurisprudencial do STJ, em regra, sendo as partes maiores e capazes, o Ministério Público não atua:

- a) nas ações rescisórias, salvo somente se a decisão rescindenda for efeito de simulação.
- b) nos procedimentos de jurisdição voluntária.
- c) na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviços públicos.
- d) nos litígios individuais pela posse de terra rural ou urbana.
- e) nas ações civis públicas em defesa do patrimônio público.

78. (Cespe/MP/PI/Promotor/2019) No que concerne às disposições processuais civis que regem a atuação do Ministério Público, o CPC determina que:

- a) a intervenção desse órgão é obrigatória nos casos em que a fazenda pública for parte ou interessada.
- b) a curatela especial deve ser exercida, preferencialmente, pela promotoria de justiça.
- c) a alegação de impedimento ou suspeição de membro do Ministério Público por via incidental suspende o processo judicial.
- d) esse órgão tem legitimidade concorrente para requerer a abertura de inventário e de partilha, a depender da existência de herdeiro incapaz.
- e) o juiz deverá aplicar multa pecuniária aos membros do Ministério Público que praticarem ato atentatório à dignidade da justiça.

79. (FCC/MP/MT/Promotor/2019) Relativamente às suas funções no Processo Civil, é correto afirmar que o Ministério Público:

- a) atuará na defesa da ordem pública, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais, disponíveis ou indisponíveis.
- b) tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, desde que haja recurso próprio da parte.
- c) tem legitimidade ativa para ajuizar ação de alimentos em proveito da criança ou adolescente independentemente do exercício do poder familiar dos pais, ou do fato de o menor se encontrar nas situações de risco descritas no ECA, ou de quaisquer outros questionamentos acerca da existência ou eficiência da Defensoria Pública na comarca.
- d) tem legitimidade para recorrer na ação de acidente de trabalho, a não ser que o segurado esteja assistido por advogado.
- e) enquadra seu membro como civil, regressiva ou diretamente responsável quando agir com culpa, dolo ou fraude no exercício de suas funções.

4. DOS ATOS PROCESSUAIS

4.1. Da Forma, do Tempo e do Lugar

SÚMULAS

STF SUM 310 Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial terá início na segunda-feira imediata, salvo se não houver expediente, caso em que começará no primeiro dia útil que se seguir.

STF SUM 641 Não se conta em dobro o prazo para recorrer, quando só um dos litisconsortes haja sucumbido.

INFORMATIVOS

STJ Recurso. Feriado local. “Corpus Christi”. Suspensão do expediente forense. O dia de “Corpus Christi” é considerado feriado local para fins de comprovação da tempestividade recursal. *AgInt no REsp 2439111, 2ª T, 6.2.2024. Inf 800.*

QUESTÕES OBJETIVAS

80. (Consulplan/MPE/SC/Promotor/2024) O termo inicial de contagem dos prazos processuais, em caso de duplicidade de intimações feita por meio eletrônico, dá-se com a realização pelo portal eletrônico, que prevalece sobre a publicação no Diário da Justiça.

81. (Cespe/MPE/PA/Promotor/2023) Quanto aos atos processuais, assinale a opção correta.

- Caso o processo tramite sem o conhecimento e a participação do Ministério Público, quando este tiver obrigatoriedade de intervir, o juiz invalidará todos os atos praticados desde o início do processo.
- Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, os quais sejam de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, desde que haja prévio requerimento.
- O Ministério Público apenas gozará de prazo em dobro para se manifestar nos autos quando atuar como “custos legis”.
- É necessária a intimação das partes para a prática de ato processual ou para a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.
- Na falta de preceito legal e de prazo determinado pelo juiz, os atos processuais deverão ser praticados pelas partes no prazo de cinco dias.

82. (IAOCP/MPE/MS/Promotor/2022) De acordo com o CPC, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.
- Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos: I - em que o exija o interesse público ou social; II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos, guarda de crianças e adolescentes; III - que tratam de improbidade administrativa; IV - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade e à propriedade e V - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.
- Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a exigir,

considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.

- Apenas I e II estão corretas.
- Apenas I e IV estão corretas.
- Apenas II e III estão corretas.
- Apenas II e IV estão corretas.
- Apenas III e IV estão corretas.

83. (IAOCP/MPE/MS/Promotor/2022) Em relação aos prazos processuais, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento, ainda que se trate de autos eletrônicos.
- Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o Ministério Público.
- Na ausência de prazo legal ou judicial, será de 15 dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- Quando a lei foi omissa, o juiz determinará os prazos levando em consideração a complexidade do ato.
 - I, II, III e IV estão incorretas.
 - Apenas II e IV estão incorretas.
 - Apenas III está incorreta.
 - I, II, III e IV estão corretas.
 - Apenas I e III estão incorretas.

84. (MP/PR/Promotor/2021) Sobre a possibilidade de realização de negócios jurídicos processuais no âmbito de atuação do Ministério Público, marque a alternativa incorreta:

- É legítimo aos membros do Ministério Público celebrar negócios jurídicos processuais, desde que em consonância com os limites estabelecidos pelo CPC.
- O Ministério Público pode ter sua função de fiscal da ordem jurídica mitigada através de comum acordo entre as partes.
- Os membros do Ministério Público podem requerer ao juiz que se pronuncie sobre a validade de termo de convenção realizada entre as partes e o Parquet.
- Os negócios jurídicos processuais podem ser celebrados pelo Ministério Público tanto nos processos em que atua como parte, quando naqueles em que é custos iuris.
- É lícita a celebração de negócio jurídico processual, pelo Ministério Público, em fase pré-processual.

85. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) O prazo em dobro para o Ministério Público manifestar-se nos autos na condição de parte no processo não se aplica para sua intervenção como “custos legis”.

4.2. Da Comunicação

SÚMULAS

STF SUM 154 Simplex vistoria não interrompe a prescrição.

STJ SUM 106 Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.

STJ SUM 204 Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida.

STJ SUM 426 Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

STJ SUM 429 A citação postal, quando autorizada por lei, exige o aviso de recebimento.